



PEDAGOGIA FEMINISTA NA CONSTRUÇÃO DE UMA “ALTERNATIVA DE GÊNERO”

Ana Célia de Sousa Santos - UESPI¹
Maria do Carmo Alves do Bomfim - UFPI²

Historicamente muitos processos educativos tem sido caracterizados por uma educação sexista, privilegiando os homens com reforço às práticas da sociedade patriarcal. Contrariamente, abordaremos aqui práticas que propõem uma Pedagogia Feminista voltada para o empoderamento e emancipação de grupos de mulheres, desconstruindo paradigmas que tendem a levá-las à submissão, inviabilizando suas práticas (LOURO, 1997).

A Pedagogia Feminista parte do pressuposto de que vivemos numa sociedade marcada por desigualdades nas relações entre mulheres e homens. Nesse caso, o controle masculino sobre as mulheres é definido por relações de poder, podendo na maioria das vezes subordiná-las invisibilizando-as como construtoras de sua própria história e suas práticas cotidianas.

As relações de gênero produzidas por este modelo patriarcal que gera desigualdades encontram suporte na discussão de classe social, surgida com o capitalismo. No entanto, uma série de mudanças na natureza dessas relações é introduzida pela emergência de forças feministas, fomentada pelas transformações sociais, políticas, econômicas e culturais, nos últimos 40 anos. O aparecimento de novos paradigmas questionando o patriarcado como categoria que situa as mulheres muito abaixo dos homens, em todas as áreas da convivência humana e a racionalidade como conceito universal, introduz o estudo sobre a subjetividade e a construção do psiquismo humano, como novos aspectos que definem formas de atuação de homens e mulheres em igualdade de condições respeitando as suas diferenças, vem proporcionando novos estudos e discussões em torno desta temática (SAFFIOTI, 2004). Esse paradigma, resultado de uma concepção der sociedade complexa e composta dialeticamente, encontra suporte nos estudos de Louro (1997, p. 112-113) que em sua análise afirma:

[...] a lógica subjacente a esta proposta se assenta em alguns dualismos “clássicos”: competição/cooperação; objetividade/subjetividade; ensino/ aprendizagem; hierarquia/igualdade – dualismo em que o primeiro termo representa o modelo androcêntrico de educação e o segundo termo aponta para a concepção feminista.

O modelo feminista de educação propõe um conjunto de estratégias e procedimentos que rompe com a lógica de que o saber se encontra apenas naquele que é fonte de autoridade e

¹ Pedagoga, Mestra em Educação/ UFPI, Professora Assistente da Universidade Estadual do Piauí.
E-mail: aceliasantos@gmail.com.

² Profª Adjunta do Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEd/UFPI.



transmissor único de conhecimento. Propõe, então, a valorização das várias vozes, sendo o diálogo sua dinâmica problematizadora, no qual todas e todos são igualmente falantes e ouvintes, capazes de expressar diferentes saberes. As situações de aprendizagens são momentos privilegiados nos quais todas/os são levadas/os a construir conhecimentos de forma cooperativa (LOURO, 1997). Nesta perspectiva, essas atrizes e atores sociais passam a acreditar em seus saberes, dando sentido às suas falas e aos seus desejos.

A Pedagogia Feminista pretende ser emancipatória porque possibilita a conscientização, a libertação e a transformação das/os sujeitas/os e de sua realidade, como afirma Freire (2005, p. 78):

[...] a educação libertadora, problematizadora, já não pode ser o ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir, ou de transmitir “conhecimentos” e valores [...] mas um ato cognoscente. Como situação gnosiológica, em que o objeto cognoscível, em lugar de ser o término do ato cognoscente de um sujeito, é o mediatizador de sujeitos cognoscentes, [...] a educação problematizadora coloca, desde logo, a exigência da superação da contradição educador-educandos [...].

Além de libertadora, transformadora e dialógica, essas práticas educativas devem dar poder às mulheres de forma a permitir, tanto às práticas como às relações interpessoais, a utilização de estratégias de “superação” do estado de submissão e de ausência do exercício do poder entre elas.

Dessa forma, Louro (1997, p. 119) reforça:

[...] as relações sociais são sempre relações de poder e que o poder se exerce mais na forma de rede do que em um movimento indirecional, então não será possível compreender as práticas como isentas desses processos. A construção de uma prática educativa não-sexista necessariamente terá de se fazer a partir de dentro desses jogos de poder.

Nesse caso, o espaço onde vivem as “Mulheres Perseverantes” do Parque Eliane (Teresina-PI) e suas práticas coletivas, torna-se espaço político de construção de novas práticas do poder. As transformações que produzem partem de práticas cotidianas e de vivências dessas mulheres, possibilitando, a elas mesmas, um exercício de autocrítica.

Com esse entendimento é possível compreender o que significa empoderamento, ao buscar refletir sobre os seus múltiplos sentidos e conseqüências para um projeto de intervenção.

Empoderamento origina-se da palavra inglesa “*empowerment*” que, de acordo com Laverack e Labonte (apud BECKER, et al, 2004, p. 657), pode ser definido como:

[...] o meio pelo qual as pessoas adquirem maior controle sobre as decisões que afetam suas vidas; ou como as mudanças em direção a uma maior igualdade nas relações sociais de poder, por exemplo, nas relações com quem detém recursos, legitimidade, autoridade e/ou influência.

Complementando essa idéia, Vasconcelos (apud BECKER, et al, 2004, p. 657), conceitua “*empowerment*” afirmando que “significa o aumento do poder e da autonomia pessoal e coletiva de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais, especialmente daqueles submetidos a relações de opressão, discriminação e dominação social”. Assim, “*empowerment*” é



percebido como um conceito complexo, apresentando diversas maneiras de interpretação. Alguns autores, para defini-lo, utilizam-se de noções de distintos campos do conhecimento. É uma idéia que tem raízes nas lutas pelos direitos civis, no movimento feminista e na ideologia da "ação social", presentes nas sociedades dos países desenvolvidos, na segunda metade do século XX. Nos anos 1970, este conceito é influenciado pelos movimentos de auto-ajuda e, nos anos da década de 1980, pela psicologia comunitária. Na década de 90 recebe o influxo de movimentos que buscam afirmar o direito da cidadania sobre distintas esferas da vida social, entre as quais, a prática médica, a educação em saúde e o ambiente físico.

No trabalho desenvolvido junto à Associação de Produção “Mulheres Perseverantes”, em Tersina/PI, utilizamos a palavra empoderamento para designar a passagem de um estágio de submissão e auto-estima baixa para um estágio no qual as mulheres, mediante o processo de organização, da geração de renda e discussões sobre as relações de gênero, pudessem sentir-se capazes de mudar suas vidas através da conquista de sua autonomia pessoal, na relação com a família, contribuindo para a transformação do contexto em que estão inseridas, no caso, o Parque Eliane e nesse processo, ir conquistando sua emancipação.

3.1.1 A dimensão político-organizativa da ação das mulheres da APMP

A experiência de organização do território Parque Eliane, aconteceu desde sua ocupação, em 2001 e vem demonstrando, de várias formas, como as mulheres têm contribuído nesse processo à medida que alcançam graus de empoderamento por intermédio da organização política própria e da busca da melhoria da qualidade de vida, delas, seus familiares e outros. Para estarem, hoje, residindo neste espaço, homens e mulheres começaram juntos/as, uma luta pelo direito de ter onde morar. Assim, surgiram durante esse processo, 02 (duas) Associações de Moradores/as na comunidade, a Associação de Produção “Mulheres Perseverantes”, um grupo de jovens vinculados à igreja católica.

Neste texto, destacaremos somente a trajetória do grupo de “Mulheres Perseverantes”, hoje denominado Associação de Produção “Mulheres Perseverantes” (APMP). Em 2004, após perceberem que não mais receberiam a cesta básica do Programa Doação à Distância, coordenado pela Fundação “Viver com Dignidade”, cerca de 12 mulheres se juntaram e começaram, ao analisarem suas próprias necessidades, a produzir panos de prato e, também bijuterias. Passados quatro anos, tais mulheres sentem-se orgulhosas por pertencerem a uma Associação que elas criaram. Composta por 20 integrantes, objetiva organizar mulheres em torno de projetos de geração



de renda para juntas se desenvolverem pessoal e coletivamente, ao tempo em que mobilizam outros segmentos da comunidade para novos projetos.

O processo de organização da Associação de Produção “Mulheres Perseverantes” se deu a partir da organização de oficinas de capacitação para apropriação de habilidades artesanais com fins de geração de renda. Nesse percurso, o nível de organização das mulheres e as exigências institucionais fizeram surgir a necessidade de oficialização do próprio grupo, a fim de conquistar mais visibilidade e conseguir recursos para suas atividades. Assim, demonstram-se felizes com a gestação de mais esse passo dado na caminhada comunitária!

Foi, portanto, através da organização do espaço onde hoje moram, da organização política e social que as “Mulheres Perseverantes” transformaram suas vidas e o seu cotidiano, reconhecendo-se como mulheres trabalhadoras, portadoras de carteira de artesãs. Oliveira (2007, p. 78) ao se referir a essa questão assevera que:

[...] é na vivência da organização [...], das relações de trabalho, de produção e geração de renda, bem como na convivência com outros sujeitos sociais, dentro e fora do espaço territorial, e da apropriação dos seus direitos que estas mulheres vão se reconhecendo nas suas múltiplas identidades (de mulher, de mãe/avó, de trabalhadora – produtora).

Esta organização ocorre dentro de cenários marcados pela lógica da dominação masculina. No entanto, os processos que permitem o acesso da mulher ao campo político se configuram como possibilidade de construção de empoderamento, autonomia e de liberdade, aspectos intrínsecos à ruptura das desigualdades de gênero e a concretização da transformação da vida dessas protagonistas (OLIVEIRA, 2007). Analisando essa questão Fischer (2006, p. 54) afirma:

[...] se por um lado, a ocupação do campo político pela mulher se faz em conformidade com as estratégias de dominação masculina, por outro, abre espaços de afirmação que a transformam em sujeito político. Nas relações de poder estabelecidas no contexto do partido político, da organização sindical ou do movimento social organizado, emerge uma nova maneira de ser e de fazer política, uma prática integradora e inovadora que pode produzir efeitos de emancipação sobre o modelo político. Ou seja, a participação política da mulher no espaço coletivo pode contribuir para criar uma nova hegemonia na relação de gênero, na medida em que ela se torna sujeita de sua própria história.

Nesta perspectiva, o trabalho desenvolvido em espaços de aprendizagem como das “Mulheres Perseverantes” do Parque Eliane representa uma possibilidade de construção de novos cenários e novos processos de emancipação feminina.

3.1.2 A dimensão da incorporação da economia solidária na experiência das mulheres da APM

A sociedade capitalista, na qual estamos inseridas/os, tem gerado sérios problemas para a humanidade, especialmente, para as pessoas que residem nos países periféricos, assim considerados



pelas maiores potências capitalistas. Dessa forma, a crise no mundo do trabalho provocada pela precarização das relações de trabalho e pela mundialização do capital, conseqüentemente, tem aumentado o número de pessoas que estão abaixo da linha da pobreza. Pobreza não só econômica, mas de afeto, de proteção, de participação, de liberdade, de autonomia, aspectos que dão o verdadeiro sentido à vida.

De acordo com o relatório do PNUD (1997), o conceito de pobreza humana diz respeito à negação das escolhas e oportunidades básicas para o desenvolvimento humano como falta de educação elementar, dos meios materiais, exclusão e falta de liberdade e dignidade que é medida pelo índice de pobreza. Essa linha de pobreza tem valores distintos para as economias do primeiro mundo e para aquelas do terceiro mundo. Para o primeiro mundo, uma pessoa é identificada como pobre quando a linha de pobreza é estabelecida em U\$ 1 (um dólar) norte-americano por dia e baseia-se no consumo de bens e serviços. É sugerida para a América Latina e Caribe uma linha de pobreza de U\$ 2 (dois dólares) norte-americanos por dia. Para a Europa do Leste e repúblicas da antiga União Soviética tem sido usada uma linha de pobreza de U\$ 4 (quatro dólares) norte-americanos por dia. Para a comparação entre países industrializados tem sido usada uma linha de pobreza correspondente à dos Estados Unidos, que é de U\$ 14 (quatorze dólares) por pessoa correspondente a um dia.

Assim, esclarecemos que uma pessoa ou uma família é pobre, ou socialmente excluída, se ela não tiver acesso a serviços essenciais (água potável, saneamento, coleta sistemática de lixo, educação) e não dispuser de renda monetária minimamente essencial para fazer face às demandas familiares que lhes são corriqueiras.

Essa situação tem permitido, de acordo com Tiriba (2001, p. 24), dividir a sociedade em 03 (três) camadas, uma composta pelas camadas sociais em ascensão e com poder de consumo; outra precariamente incluída e satisfazendo suas necessidades básicas de forma parcial; e outra excluída (desempregados/as, subempregados/as e aqueles que tentam sobreviver do trabalho por conta própria).

É, então, sobre essa camada excluída, que direcionaremos nossos olhares a partir da experiência do empoderamento de um grupo de mulheres desenvolvido no contexto de produção de alternativas de sobrevivência e de construção de uma economia que parte das necessidades básicas, todavia vislumbra a autonomia, a organização e uma vida digna.

Diante desta realidade não é novo o fato de que as pessoas inovam em suas estratégias econômicas para produzir sua própria sobrevivência. Se, por um lado, esses processos de



empreendedorismo podem satisfazer as necessidades de sobrevivência, por outro, possibilitam, aos sujeitos envolvidos, a criação de uma economia que tenta ser alternativa à lógica excludente, pois, está permeada pela solidariedade, pela cooperação e, acima de tudo, por motivações que refletem valores e concepções sobre a vida, o mundo e sobre as pessoas, aspectos que estão fora das engrenagens capitalistas. Nesse sentido, a integração entre a dimensão econômica e a educativa desse processo é fundamental para que tanto as questões objetivas quanto as subjetivas sejam satisfeitas.

Nas camadas populares, as mulheres passam a desenvolver atividades autônomas, caracterizadas pela produção artesanal e/ou semi-industrial. Em exercícios de autonomia, no Brasil, as mulheres exercem, principalmente, as funções de costureiras, rendeiras, faxineiras. Esse tipo de opção acontece, na maioria das vezes, porque esse trabalho, além de contribuir para o aumento da renda familiar, é conciliado com os cuidados da casa e do cuidado com os/as filhos/as, cuidados esses culturalmente destinados às mulheres.

Essa realidade tem possibilitado, também, o surgimento de grupos que inovam no modo de gestão e produção de economias, gerando renda e possibilidades de autonomia e elevação da autoestima. Desses empreendimentos participam cerca de 1,5 milhões de trabalhadores e trabalhadoras urbanas e rurais. Destes, 45% está distribuído, segundo pesquisa feita pela Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, nos 09 Estados do Nordeste e 23% na Região Sul.

Para fortalecimento dessas iniciativas é imprescindível que sejam realizados acompanhamentos, formação e capacitação técnicas específicas para que mulheres e homens das camadas populares se fortaleçam e cresçam, gerando alternativas, tanto econômicas como de vida digna.

3.1.2.1 As aprendizagens relacionadas às atividades profissionais e sua dimensão coletiva

No que se refere às aprendizagens relacionadas à atividade profissional, proporcionadas pelas práticas educativas, pudemos observar que as respostas estavam relacionadas ao que aprenderam, às responsabilidades aprendidas e ao tipo de atividade aprendida. Estes dados nos revelam o quanto as práticas, desenvolvidas neste contexto, foram importantes para aquelas mulheres, seja por proporcionarem oportunidades de aperfeiçoamento, seja por lhes proporcionarem mais responsabilidades e compromissos, ao estabelecer um horário de trabalho, seja pelo fato de



oferecer uma atividade profissional, ou por ser um espaço de reconhecimento do esforço e do trabalho de cada mulher para gerar renda e contribuir para a mudança de sua vida e de sua família.

Ao discorrerem sobre as aprendizagens profissionais, as mulheres evidenciaram estar vivenciando experiências que as identificam como artesãs, porque essas novas práticas lhes trouxeram novas aprendizagens e/ou aperfeiçoamento das habilidades já adquiridas, além de considerarem esse espaço como meio de reconhecimento individual e coletivo.

Nesse sentido, é possível inferir que essas aprendizagens estão proporcionando àquelas mulheres oportunidade de qualificação e uma atividade profissional. As aprendizagens por elas reconhecidas nos mostram que carecem ainda de mais qualificação e condições de trabalho, novos aperfeiçoamentos técnicos para ampliar o leque de produções e, assim, gerar mais renda e melhoria da qualidade de vida.

Essas práticas educativas proporcionaram às mulheres do Parque Eliane aprendizado não só de uma qualificação profissional como também de organização coletiva. Sobre tais oportunidades, algumas se expressaram: “consegui aperfeiçoamento em vários cursos e a venda de alguns materiais meus”. (MP01); “eu aprendi fazer rede. Estou aprendendo agora fazer pintura e crochê. “Pra trabalhar ter uma renda” (MP03);

Ao se referirem às suas habilidades produtivas, destacaram também os afazeres domésticos:

Produzir bastante com qualquer trabalho que aparecer (crochê, bijuterias), ser uma boa mãe, boa dona de casa (MP06. Diário de um percurso - 16/06/2007).

Produzir bijuterias. A minha habilidade maior é ser mãe, pra falar a verdade eu não sei fazer quase nada. Preciso de uma oportunidade para descobrir as minhas habilidades. (MP07. Diário de um percurso - 16/06/2007).

Essa noção de habilidades vinculadas à atividade doméstica demonstra o quanto essas mulheres ainda estão ainda muito voltadas ao mundo privado. Entretanto, após o envolvimento com a Associação, mesmo trazendo uma sobrecarga de trabalho, por terem que conciliar o trabalho reprodutivo e o trabalho produtivo elas conseguem conciliá-los, também, com o envolvimento na vida social da comunidade, complexificando ainda mais a realidade nas relações de gênero. Oliveira (2007, p. 120), então se pronuncia:

Essa divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo e a visão de que é no âmbito público que a produtividade acontece e que esta se dá apenas pela mão-de-obra masculina, precisa ser desconstruída, porque é no espaço doméstico que todos se beneficiam da mão de obra feminina e de sua produtividade: da comida feita, da roupa costurada, da casa limpa, da produção artesanal, entre outras coisas. A diferença é que essa mão de obra feminina não é remunerada e tampouco é reconhecida e valorizada como força de trabalho [...].

Mesmo diante destes obstáculos, aos poucos a discussão do modo de produção das redes, da divisão da renda e da dimensão coletiva do trabalho, que faz parte do mundo produtivo das



mulheres, vai surgindo e permitindo que elas reflitam sobre esse complexidade.. Com isso, os conceitos sobre economia solidária vão se estabelecendo, vão aparecendo e o entendimento sobre diferentes processos vai sendo percebido. Assim, as mulheres vão dando sua opinião sobre o que pensam e como devem ser os procedimentos dentro da Associação para que todas tenham direitos.

Nós somos um grupo, sabemos fazer a rede e a varanda. Acho que devemos dividir igualmente. Acho que a produção da rede vale mais que a varanda (MP11. Diário de um percurso -21/01/2008).

No decorrer da pesquisa, percebemos um crescimento significativo das mulheres e da Associação, no entanto identificamos ainda algumas fragilidades no que se refere à organização, à produção e ao interesse e motivação para o trabalho. As questões familiares como os trabalhos doméstico, cuidado dos/as filhas/os e do marido prendem muito as mulheres ao lar. Consideramos que no estágio em que se encontra a Associação é necessário uma organização maior para que elas possam sentir-se seguras ao fazer opção de se dedicar à sua organização e à produção e comercialização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As famílias, participantes dessa pesquisa, deslocaram-se para Teresina em busca de melhores condições de vida e, através da ocupação da terra, começaram a construção de uma nova identidade, agora, urbana. Assim, esse território tornou-se espaço tanto de construção como de afirmação de identidades individuais e coletivas. E a partir de sua realidade organizaram-se numa Associação de Produção com intuito de reverter a situação de pobreza e miséria a que estavam submetidas. Nesse sentido, a Associação de Produção “Mulheres Perseverantes” tornou-se instrumento importante para modificação do modo de vida dessas mulheres. Desse modo, ao considerar as mudanças ocorridas na dimensão político-organizativa dessas atrizes, podemos constatar que a Associação contribuiu significativamente para melhorar auto-estima dessas mulheres, acabando com a timidez, proporcionando mais amizades, segurança, fazendo com que se sintam numa família. A maioria das mulheres revelou que o ambiente da Associação é espaço importante para a construção de novas relações de amizade, companheirismo e organização, elementos que as fortalecem como mulher e como grupo de produtoras em busca de autonomia e cidadania. Na experiência em análise, o processo de organização, formação e capacitação técnica possibilitou aprendizagens que vão desde habilidades profissionais até aprendizagens relacionais.

Concluimos que é extremamente necessário que sejam oferecidas mais e melhores condições para que as mulheres, já referidas, continuem a elevar a sua auto-estima, a exercitarem a autonomia



própria em relação aos homens, construindo alternativas para o cuidado dos filhos e das filhas, de forma a garantir segurança e tranquilidade ao realizarem seus trabalhos. Nesse sentido, é imprescindível que o poder público assuma com mais afinco políticas públicas pró-emancipação das mulheres em geral, como creche para crianças, escolarização para jovens e adultos, assistência à saúde da mulher, proteção contra a qualquer tipo de discriminação e de violência doméstica, além de qualificação profissional, a fim de que possam desenvolver algum trabalho fora do espaço doméstico. Mas somente experiências baseadas em uma Pedagogia Feminista darão sentido a esse novo modo de ver e estar no mundo.

REFERÊNCIAS

- BECKER, Daniel, et al. *Empowerment e avaliação participativa em um programa de desenvolvimento local e promoção da saúde. Ciência e saúde coletiva*, v. 9, n.3, p.655-667, 2004.
- FISCHER, Izauro Rufino. **O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2006.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis – RJ: Vozes, 1997.
- OLIVEIRA, Maria Lúcia Lopes de. **Transformações das Desigualdades de Gênero? Narrativas da vida cotidiana e empoderamento de mulheres de Assentamentos do Cariri Paraibano**. 2007. 169f. Dissertação (Mestrado em Educação) UFPB, João Pessoa, 2007.
- PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório do Desenvolvimento 1997**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/hdr/hdr97/rh7-1.htm>>. Acesso em: 30 nov. 2008.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- TIRIBA, Lia. **Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia da produção associada**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2001.